



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

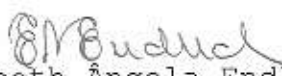
SEGOV/GAB-REQ/538

Vitória, 12 de dezembro de 2017

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, encaminho a V.Ex<sup>a</sup>. resposta ao Requerimento de Informação nº 211/17, de autoria do Vereador Denner Januario da Silva, através do Ofício nº 304/17, da Secretaria de Fazenda.

Atenciosamente,

  
Elisabeth Ângela Endlich  
Secretária de Governo

Processo: 12120/2017  
Tipo: Resposta Requerimento de Informação: 396/2017  
Área do Processo: Legislativa  
Data e Hora: 12/12/2017 17:11:59  
Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória  
Assunto: Resposta do Requerimento a Informação, 211/17. Vereador Denninho Silva

Exmo.Sr.

Vereador Vinícius José Simões

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Prcc.7456435/17 - PMV

12120/17 - CMV

vsn



Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Secretaria de Fazenda

SEMFA/GAB Of. 304/2017

Vitória, 12 de dezembro de 2017

Referência: OF. PRE. DEL. Nº 211/2017


Assunto: Requerimento de informações nº 12120/2017

Processo nº 7456435/2017

Senhor Prefeito,

Em atenção ao requerimento de informação, acima referenciado, temos a informar que a questão foi analisada pelo Subsecretário de Orçamento e Finanças (SEMFA/SUB-OF), que ora encaminhamos na íntegra para conhecimento.

Respeitosamente,

  
Davi Diniz de Carvalho  
Secretário Municipal de Fazenda

Exmo Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito de Vitória



Prefeitura Municipal de Vitória  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria de Orçamento e Finanças

Nº do Processo  
**7456435/2017**

Fls.  
**005**

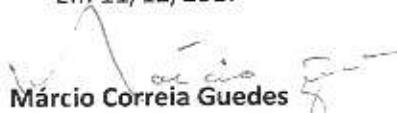
Rubrica

**À SEMFA/GAB**

Considerando os questionamentos presentes no Requerimento de Informações, à fis. 02, encaminhado pela Comissão de Finanças da Câmara Municipal de Vitória, seguem abaixo:

- 1) O percentual do limite constitucional de aplicação em saúde realizado no exercício 2016 foi de 17,85%; o estimado na LOA 2017 foi de 20,60%; e ao estimado na LOA 2018 também é de 20,60%.
- 2) O percentual do limite constitucional de aplicação em educação realizado no exercício 2016 foi de 27,84%; o estimado na LOA 2017 foi de 28,14%; e ao estimado na LOA 2018 é de 28,49%.
- 3) O percentual do limite mínimo constante no Plano Municipal de Educação realizado no exercício 2016 foi de 37,27%; o estimado na LOA 2017 foi de 35,03%; e o estimado na LOA 2018 é de 36,23%.

Em 11/12/2017

  
**Márcio Correia Guedes**  
Subsecretário de Orçamento  
e Finanças – SEMFA/SUB-OF